



JORNAL OFICIAL

Quarta-feira, 3 de junho de 2026



Série

Número 98

Sumário

SECRETARIA REGIONAL DE SAÚDE E PROTEÇÃO CIVIL

Deliberação n.º 9/2026

Delegação de competências do Conselho Diretivo do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM (SRPC, IP-RAM), no seu Presidente e nos seus Vogais.

Aviso n.º 232/2026

Consolidação definitiva da mobilidade Intercarreiras do Assistente Técnico, Luís Miguel Manso Diogo, do mapa de pessoal do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, para a carreira e categoria de Técnico Superior.

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

Aviso n.º 233/2026

Convocatória para a prova escrita de conhecimentos a realizar no âmbito do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público na modalidade de nomeação, para o preenchimento de 4 postos de trabalho, na categoria de Inspetor Tributário (IT), da carreira especial de inspeção e auditoria tributária (IAT), da Autoridade Tributária e Assuntos Fiscais da RAM (AT-RAM), aberto pelo aviso n.º 312/2024, de 26 de agosto, publicado no *Jornal Oficial*, II Série, n.º 152, e alterado pelos avisos n.ºs 228/2025 e 149/2026, de 28 de julho e 13 de abril, publicados no *Jornal Oficial*, II Série, n.ºs 134 e 64, respetivamente, e código de oferta OE202408/00181.

- 3.4. Nas ausências, faltas ou impedimentos do Vogal do Conselho Diretivo do SRPC, IP-RAM, Mestre Edgar Nuno Freitas Rodrigues IP-RAM as competências acima descritas são exercidas pelo Vogal do Conselho Diretivo do SRPC, IP-RAM, Intendente Luís Miguel Teixeira Vieira, ou, coincidindo com a ausência, falta ou impedimento deste, pelo Presidente do Conselho Diretivo do SRPC, IP-RAM, Comandante Richard Marques Gonçalves.
4. A gestão das áreas funcionais existentes e não referidas nos números anteriores são delegadas no Presidente do SRPC, IP-RAM, Comandante Richard Nunes Marques.
 5. A gestão corrente e as competências delegadas nos Vogais do Conselho Diretivo do SRPC, IP-RAM podem também ser exercidas, em qualquer momento, pelo Presidente do SRPC, IP-RAM, Comandante Richard Nunes Marques.
 6. A presente delegação de competências é feita sem prejuízo da possibilidade de revogação e/ou de ratificação dos atos praticados pelo delegado, ao abrigo da presente deliberação.
 7. É revogada a deliberação do Conselho Diretivo do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM n.º 12/2026, de 30 de janeiro, publicada no JORAM, II Série, n.º 24, de 5 de fevereiro.
 8. A presente deliberação produz efeitos reportados a 9 de março de 2026, inclusive, ratificando-se, assim, todos os atos que, no âmbito dos poderes ora delegados, tenham sido praticados.
 9. Proceda-se à respetiva publicação no JORAM.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, da qual para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e achada conforme vai ser assinada pelos membros do Conselho Diretivo do SRPC, IP-RAM.

Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, aos 15 dias do mês de maio de 2026.

O CONSELHO DIRETIVO

Presidente
Richard Nunes Marques

Vogal
Luís Miguel Teixeira Vieira

Vogal
Edgar Nuno Freitas Rodrigues

Aviso n.º 232/2026

Sumário:

Consolidação definitiva da mobilidade Intercarreiras do Assistente Técnico, Luís Miguel Manso Diogo, do mapa de pessoal do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, para a carreira e categoria de Técnico Superior.

Texto:

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, torna-se público que, por Despacho de Sua Excelência o Secretário Regional das Finanças, datado de 07 de maio de 2026, foi emitido parecer favorável à consolidação definitiva da mobilidade intercarreiras do Assistente Técnico Luís Miguel Manso Diogo, do mapa de pessoal do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, para a carreira e categoria de Técnico Superior.

Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, 2 de junho de 2026.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO, Richard Nunes Marques

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

Aviso n.º 233/2026

Sumário:

Convocatória para a prova escrita de conhecimentos a realizar no âmbito do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público na modalidade de nomeação, para o preenchimento de 4 postos de trabalho, na categoria de Inspetor Tributário (IT), da carreira especial de inspeção e auditoria tributária (IAT), da Autoridade Tributária e Assuntos Fiscais da RAM (AT-RAM), aberto pelo aviso n.º 312/2024, de 26 de agosto, publicado no *Jornal Oficial*, II Série, n.º 152, e alterado pelos avisos n.ºs 228/2025 e 149/2026, de 28 de julho e 13 de abril, publicados no *Jornal Oficial*, II Série, n.ºs 134 e 64, respetivamente, e código de oferta OE202408/00181.

Texto:

Nos termos do n.º 2 do artigo 9.º da Portaria n.º 407/2023, de 16 de junho, conjugado com a alínea e) do n.º 1 e com o n.º 4 do artigo 112.º do CPA, torna-se público que a prova escrita de conhecimentos ao procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público na modalidade de nomeação, para o preenchimento de 4 postos de trabalho, na categoria de Inspetor Tributário (IT), da carreira especial de inspeção e auditoria tributária (IAT), da Autoridade Tributária e Assuntos Fiscais da RAM (AT-RAM), aberto pelo aviso N.º 312/2024, de 26 de agosto, publicado no JORAM II série, n.º 152, e alterado pelos avisos N.ºs 228/2025 e 149/2026, de 28 de julho e 13 de abril, publicados no JORAM, II série, n.ºs 134 e 64, respetivamente, e código de oferta OE202408/00181, realizar-se-á:

Dia e hora: 25/07/2026 às 10h00m;

Local: Escola Secundária Jaime Moniz, Largo Jaime Moniz, 9064-503 Funchal;

A prova de conhecimentos assume a forma escrita, tem a duração de 2 horas e 30 minutos, e incidirá sobre as temáticas constantes no ponto 8.1 e a bibliografia e legislação prevista no ponto 8.1.1 do aviso n.º 312/2024, publicado no Jornal Oficial n.º 152, II Série, de 26 de agosto de 2024, sendo permitida a consulta de todas as fontes de informação, designadamente códigos, livros, manuais e quaisquer elementos legais e administrativos, na sua redação atual, desde que em suporte de papel, não sendo permitida a utilização de qualquer equipamento eletrónico ou computadorizado.

Por referência ao indicado no ponto 8.1.1 do referido aviso procede-se novamente à identificação da legislação aplicável, solicitando-se a especial atenção dos candidatos para os diplomas relativamente aos quais surge a menção “ATUALIZADA”, por corresponderem à versão atualmente vigente:

- Código do Procedimento Administrativo (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação);
- Constituição da República Portuguesa;
- Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro, alterada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Lei de Finanças das Regiões Autónomas);
- Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro: cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção e aprova o regime geral da prevenção da corrupção;
- Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2025/M, de 1 de setembro, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2026/M, de 9 de março (aprova a orgânica da Secretaria Regional das Finanças); - “ATUALIZADA”;
- Decreto Regulamentar Regional n.º 31/2024/M, de 14 de novembro (aprova a orgânica da Autoridade Tributária e Assuntos Fiscais - AT-RAM); - “ATUALIZADA”;
- Portaria n.º 905/2024, de 16 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 619/2025, de 13 de novembro (aprova a estrutura nuclear dos serviços da Autoridade Tributária e Assuntos Fiscais - AT-RAM, bem como as respetivas missões e atribuições); - “ATUALIZADA”;
- Decreto Legislativo Regional n.º 28/2022/M, de 30 de dezembro (aprova a revisão das carreiras especiais da Autoridade Tributária e Assuntos Fiscais - AT-RAM);
- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;
- Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 de agosto, na sua redação atual, que adapta à Administração Regional Autónoma da Madeira a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro);
- Código de Procedimento e de Processo Tributário - CPPT;
- Lei Geral Tributária - LGT;
- Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União;
- Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados;
- Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que estabelece o regime geral de proteção de denunciadores de infrações, transpondo a Diretiva (EU) 2019/1937;
- Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados);
- Tratado da União Europeia (TUE);
- Tratado relativo ao funcionamento da União Europeia.

Os candidatos deverão comparecer trinta minutos antes da realização da prova, com o seu Cartão de Cidadão ou outro documento de identificação original com fotografia e munidos de caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta - não sendo permitida a utilização de corretor -, bem como de uma calculadora simples, a fim de serem encaminhados para os respetivos lugares nas salas.

Após as 10h15m não será admitida a entrada de nenhum candidato nas salas, sendo que a falta de comparência na realização da prova de conhecimentos determina a exclusão do procedimento concursal.

A lista com a indicação dos candidatos admitidos e as salas para a realização da prova consta na página da Internet da Secretaria Regional das Finanças e da Autoridade Tributária e Assuntos Fiscais da RAM, disponível em: <https://www.madeira.gov.pt/srfinancas/GovernoRegional/OGoverno/Secretarias/Structure/SRF/Publicacoes/ctl/Read/mid/6004/InformacaoId/248836/UnidadeOrganicaId/27/CatalogoId/0> e <https://at.madeira.gov.pt/artigo/520/teste>, no separador RH e RECRUTAMENTO e Recursos Humanos.

Secretaria Regional das Finanças, 1 de junho de 2026.

A CHEFE DO GABINETE, Andreia Luísa Martins Gonçalves Jardim